

PAPEL DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E SOCIEDADE CIVIL NA SUSTENTAÇÃO DA CASA DOS VELHOS IRMÃ ALICE- GUARULHOS

Erick Parnaiba De Andrade

João Pedro Do Carmo Andreotti

Leila Pereira Da Silva

Prof^a. Célia A. Matos Garcia

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar como a colaboração entre o poder público, o setor privado e a sociedade civil contribuem para a sustentabilidade financeira e para a qualidade dos serviços prestados por uma instituição de longa permanência para idosos, tendo por objeto de estudo a Casa dos Velhos Irmã Alice, em Guarulhos. A relevância da pesquisa está relacionada com o crescente envelhecimento populacional e com desafios enfrentados por instituições sem fins lucrativos na manutenção de suas atividades. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, baseada em estudo de caso único, com levantamento bibliográfico e documental, além da realização de entrevistas semiestruturadas com gestores e colaboradores da instituição. Os resultados indicam que as parcerias intersetoriais são essenciais para assegurar maior estabilidade financeira, diversificação de recursos e melhoria na gestão, mesmo que apresentem desafios, como exigências burocráticas e instabilidade de algumas fontes de financiamento. Percebe-se ainda que a interação com a comunidade externa fortalece o apoio social e aumenta as possibilidades de captação de recursos. Conclui-se que a sustentabilidade institucional depende não apenas do volume de recursos disponíveis, mas da conexão eficiente entre os setores envolvidos, da adoção de práticas de governança e da diversificação das fontes de financiamento, contribuindo para a continuidade e a qualidade dos serviços oferecidos a população idosa.

Palavras-chave: envelhecimento populacional; instituições de longa permanência; sustentabilidade financeira; governança intersetorial.

1. INTRODUÇÃO

O acelerado envelhecimento populacional no Brasil impõe desafios sociais e de saúde que demandam a articulação de diferentes atores para garantir qualidade e sustentabilidade nos cuidados prestados aos idosos. Conforme destacam Belasco e Okuno (2019), o envelhecimento é um fenômeno multifacetado que ultrapassa a dimensão biológica, envolvendo também aspectos psicológicos, sociais e estruturais, o que exige políticas públicas e estratégias institucionais capazes de assegurar dignidade e bem-estar.

A exponencial mudança demográfica, com percentuais cada vez mais elevados de pessoas idosas, criaram desafios de cuidado que nem sempre são sanados pelo mercado ou pelo Estado. Como saída, a sociedade civil, por meio de organizações não governamentais e associações, passa a desempenhar um papel fundamental. Essas entidades criam programas de assistência e suporte, compartilhando responsabilidades e atuando de forma complementar ao Estado.

Trata-se, como aponta Filho (2007 *apud* Burmann; Custódio, 2025, p. 231), da necessidade de estabelecer "novos paradigmas, não-assistencialistas", que sejam capazes de gerir os serviços demandados por essa nova realidade social.

Na década de 90, o terceiro setor passou a ser visto de uma nova perspectiva para a melhoria da vida em sociedade, incluindo mudanças do espaço público, o fortalecimento da solidariedade e da cidadania e a ajuda na redução da pobreza. Isso acontecia principalmente por meio de ações voluntárias e filantrópicas, agora apresentadas sob uma ótica mais moderna e com influência de modelos de gestão empresarial. Nesse contexto, organizações como fundações, ONGs, associações comunitárias e entidades de assistência social passaram a ocupar um espaço importante, expondo as necessidades da população em colaboração com o Estado na busca por soluções para os problemas sociais (Falconer, 1999).

Segundo Novais (2025), o termo ONG (Organização Não Governamental) surgiu na década de 40, após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), para diferenciar organizações privadas de entidades governamentais. Com a promulgação da Lei nº 13.019/2014, passa a ser utilizado de forma oficial no Brasil o termo Organizações da Sociedade Civil (OSC), para se referir as

entidades privadas sem fins lucrativos que estabeleçam parcerias com o poder público (Brasil, 2014).

Nesse cenário, OSCs que se identificam como instituições de longa permanência para idosos, ou ILPIs, enfrentam dificuldades financeiras e estruturais que comprometem a continuidade e a qualidade dos serviços oferecidos, tornando fundamental a análise de como parcerias público-privadas e o engajamento da sociedade civil podem contribuir para sua manutenção (Camarano; Barbosa, 2016).

Este trabalho se justifica pela relevância social, ao abordar questões que impactam diretamente o bem-estar da população idosa, e pela pertinência acadêmica, ao fomentar o debate sobre gestão, parcerias intersetoriais e políticas públicas voltadas ao envelhecimento digno e sustentável.

A escolha da Casa dos Velhos Irmã Alice, em Guarulhos, como objeto de estudo justifica-se pela oportunidade de analisar, de maneira aprofundada, os desafios enfrentados por instituições filantrópicas de longa permanência, especialmente no que diz respeito às limitações financeiras e estruturais que impactam diretamente a qualidade dos serviços prestados aos idosos. Sua análise permite compreender dificuldades cotidianas de gestão e mobilização de recursos, além de refletir sobre o papel das parcerias público-privadas e do engajamento comunitário na sustentabilidade dessas organizações.

Este estudo busca contribuir tanto para o avanço acadêmico quanto para o fortalecimento de iniciativas locais voltadas ao cuidado e à dignidade da população idosa.

Nesse sentido, este estudo possui o seguinte problema de pesquisa: Como a colaboração entre o poder público, o setor privado e a sociedade civil contribuem para a sustentabilidade financeira e a oferta de serviços de qualidade?

Portanto, para responder ao supracitado, foram elaborados os seguintes objetivos: Objetivo geral - Analisar como a colaboração entre o poder público, o setor privado e a sociedade civil contribui para a sustentabilidade financeira e para a qualidade dos serviços prestados pela Casa dos Velhos Irmã Alice, considerando práticas, desafios e impactos das parcerias na gestão da instituição; Objetivos específicos: Levantamento documental da composição financeira da OSC para quantificar a participação percentual de cada esfera

mantenedora – poder público, setor privado e sociedade civil – e mensurar sua contribuição na sustentabilidade financeira da OSC; Identificar as transformações na gestão da OSC subsequentes à formalização da parceria com a Prefeitura de Guarulhos, sob o ponto de vista dos gestores e colaboradores da instituição, através de entrevista semiestruturadas; Propor recomendações para o fortalecimento das parcerias e a melhoria da sustentabilidade da Casa dos Velhos Irmã Alice, fundamentadas em pesquisa documental e bibliográfica sobre modelos de gestão e sustentabilidade em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 - O Envelhecimento Populacional e os Desafios das Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)

Envelhecimento populacional é definido pelo aumento do número de pessoas idosas em relação ao total da população e conforme Belasco e Okuno (2019), ocorre em razão da queda das taxas de natalidade, do aumento da expectativa de vida e da ampliação da assistência à saúde, resultando em novos desafios para a sociedade.

O aumento da população idosa ocasiona implicações econômicas, se observa o aumento dos gastos públicos, a diminuição de trabalhadores ativos e a necessidade de reformulação dos sistemas de saúde, assistência e previdência social, o que requer mais investimentos em cuidados de longo prazo, inclusão e qualidade de vida para os idosos, também é preciso adequar o mercado de trabalho e as políticas públicas para que as demandas dessa faixa etária sejam atendidas (Camarano, Barbosa, 2016).

Segundo dados de 2023 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), citados por Chagas (2025), o Brasil tem enfrentado um acelerado processo de envelhecimento populacional. Entre 2000 e 2023, a proporção de pessoas com 60 anos passou de 8,7% para 15,6% da população, ultrapassando pela primeira vez o percentual de jovens entre 15 e 24 anos (14,8%). A idade média da população subiu de 28,3 para 35,5 anos. A expectativa de vida ao

nascer aumentou de 71,1 anos em 2000 para 76,4 anos em 2023, resultado de avanços na saúde, nutrição e saneamento.

No Brasil as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) exercem o papel de proteger e cuidar. São locais governamentais ou privados, designados a moradia coletiva, que disponibilizam atendimentos que podem ser integrais ou parciais a pessoas com 60 anos ou mais, que não tem de condições de continuar com a família ou escolhem viver em um ambiente com assistência especializada (Camarano, 2010).

2.2 - Parcerias Público-Privadas e a Atuação da Sociedade Civil na Sustentabilidade das ILPIs

No contexto jurídico brasileiro, Parceria Público-Privada (PPP) é definida como um contrato de concessão de serviços públicos ou de obras públicas, nas modalidades patrocinada ou administrativa, conforme Lei nº 11.079/2004 (Brasil, 2004). Essa mesma lei diferencia a PPP da concessão comum pela obrigatoriedade de envolver uma compensação financeira do parceiro público ao parceiro privado, além da tarifa cobrada dos usuários pelo parceiro privado.

O principal objetivo da Parceria Público-Privada (PPP) é viabilizar projetos de grande porte e complexidade, especialmente em infraestrutura, que demandam um volume de capital e uma expertise de gestão que o Estado, por vezes, não consegue suprir sozinho, como mencionado por Calabi (2014 apud Silva, 2015): "O crescimento da demanda social, bem como a expansão da economia, exigem do Estado soluções variadas para suprir esta demanda, o que o Estado sozinho não é capaz de realizar... Trata-se de uma combinação mais explícita de recursos públicos e privados para a promoção de projetos de interesse público que possam interessar também ao investidor privado".

Dessa forma, a modalidade contratual da PPP surge como um mecanismo estratégico para a alocação de riscos e a otimização de recursos, promovendo a eficiência na prestação de serviços essenciais à coletividade.

Em paralelo, as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), regidas primariamente pela Lei nº 13.019/2014 (Brasil, 2014), são entidades de direito privado, sem fins lucrativos, que desempenham um papel crucial na gestão social e na promoção do bem-estar coletivo. O Marco Regulatório das

Organizações da Sociedade Civil (MROSC) estabeleceu um novo regime jurídico para as parcerias entre a administração pública e as OSCs, focando na transparência e no controle social.

Conforme o Manual MROSC (Brasil, 2025), as OSCs atuam como agentes de transformação social, promovendo a participação cidadã, a defesa de direitos e a execução de políticas públicas em áreas sensíveis. Essa atuação visa aprimorar os serviços aos beneficiários e garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira justa e produtiva, contribuindo, assim, para o desenvolvimento social e econômico do país.

A cooperação entre o Estado, o mercado e o terceiro setor é um pilar para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Essa união intersetorial reflete a definição de governança compartilhada, abordada como "uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes" (Loffer, 2001 apud Kissler; Heidemann, 2006, p. 553).

No que se refere à sustentabilidade financeira das Organizações da Sociedade Civil, a cooperação com o Estado e o mercado desempenha um papel vital. As parcerias firmadas sob a Lei nº 13.019/2014 garantem o repasse de recursos públicos para a execução de projetos de interesse mútuo, diversificando as fontes de receita das OSCs e conferindo maior previsibilidade orçamentária. Adicionalmente, a colaboração com o setor privado, por meio de doações, patrocínios ou investimentos sociais, complementa o financiamento e estimula a adoção de práticas de gestão mais eficientes e orientadas a resultados, fortalecendo a capacidade institucional das organizações e reduzindo a dependência de uma única fonte de recursos.

Para o setor privado, o investimento social descrito por Saez (2019) como "ações sociais desenvolvidas por empresas, fundações e institutos de origem empresarial ou instituídos por famílias, comunidades ou indivíduos", quando realizados para apoiar projetos como as OSCs, se tornam importantes atores na promoção e na sustentabilidade dessas organizações. A parceria com o Estado assegura o alinhamento de ações com as políticas públicas e o acesso a dados

e infraestrutura, enquanto a interação com o mercado pode introduzir tecnologias e metodologias de gestão inovadoras. Essa colaboração permite que as OSCs aprimorem seus processos, ampliem o escopo de suas atividades e, conseqüentemente, entreguem resultados mais eficazes e de maior impacto social.

A sustentabilidade e a qualidade, resultam de um modelo de governança que reconhece e valoriza a contribuição singular de cada setor para o desenvolvimento social, consolidando um modelo de gestão pública mais inclusivo e responsivo. (Nogueira, 2023).

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, utilizando como estratégia metodológica o estudo de caso único da Casa dos Velhos Irmã Alice, localizada em Guarulhos. Esse delineamento possibilitou uma análise aprofundada e contextualizada da realidade da instituição, especialmente no que se refere às práticas de gestão, aos desafios enfrentados no cotidiano e ao impacto das parcerias intersetoriais envolvendo o poder público, o setor privado e a sociedade civil. Buscou-se compreender como essas parcerias influenciam tanto a sustentabilidade financeira quanto a qualidade dos serviços prestados à população idosa. Conforme Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa tem como foco a compreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos, priorizando a análise dos processos em detrimento da quantificação.

Inicialmente, foi realizado levantamento bibliográfico e documental que serviu como base teórica e legal para o estudo. A pesquisa bibliográfica contemplou temas como envelhecimento populacional, gestão de ILPIs, sustentabilidade financeira e modelos de parceria entre Estado, mercado e sociedade civil. A pesquisa documental incluiu a análise de leis, portarias, relatórios institucionais e outros registros relevantes.

A pesquisa teve natureza descritiva, pois buscou identificar e caracterizar as práticas, os desafios e os impactos das parcerias estabelecidas pela instituição. Esse enfoque permite uma compreensão detalhada da realidade investigada, alinhando-se à perspectiva de Minayo (2021), que destaca a importância da abordagem qualitativa para captar percepções, valores e significados dos sujeitos envolvidos.

No que se refere aos procedimentos técnicos, foi adotado o estudo de caso único, estratégia indicada para a análise aprofundada de fenômenos em seu contexto real (Yin, 2001 apud Prodanov; Freitas, 2013). Como suporte, foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental, que contribuíram para a fundamentação teórica e contextual do estudo.

A abordagem da pesquisa foi qualitativa, priorizando a interpretação dos fenômenos sociais a partir das percepções dos atores envolvidos. Esse enfoque permitiu compreender de forma mais ampla e sensível as relações estabelecidas entre os diferentes setores que participam da gestão da instituição (Minayo, 2021).

A coleta de dados primários foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas junto ao corpo diretivo e colaboradores da Casa dos Velhos Irmã Alice. O objetivo foi analisar as transformações na gestão da organização após a formalização de parcerias com o poder público municipal, especialmente no que diz respeito a sustentabilidade financeira e a qualidade dos serviços prestados. Também se buscou-se identificar possíveis limitações decorrentes dessas parcerias, como restrições a expansão do atendimento ou conflitos com outras fontes de financiamento, como doações.

Além das entrevistas, foi realizada análise documental de registros institucionais, como relatórios de prestação de contas, atas e documentos relacionados aos convênios firmados. Sempre que possível, foi utilizada também a observação direta do cotidiano da instituição, contribuindo para uma compreensão mais detalhada dos processos administrativos e financeiros e permitindo a triangulação dos dados.

A população da pesquisa compreende as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) filantrópicas e sem fins lucrativos do município de Guarulhos que mantêm parcerias com o poder público. No entanto, a amostra foi definida de forma intencional, característica das pesquisas qualitativas, sendo

composta por membros da equipe diretiva e colaboradores da Casa dos Velhos Irmã Alice, selecionados por sua relevância e conhecimento a respeito do tema investigado (Gil, 2008).

As entrevistas foram previamente agendadas por meio de contato via telefone, com base nas informações disponíveis da instituição. Tiveram duração média de 40 minutos e foram realizadas presencialmente, sendo gravadas mediante consentimento dos participantes.

Por fim, os dados coletados foram analisados por meio da técnica de análise temática. As entrevistas foram transcritas integralmente e, em seguida, submetidas a uma leitura inicial para identificação de ideias-chave. A partir disso, foram definidas categorias temáticas relacionadas aos objetivos da pesquisa, como gestão institucional, sustentabilidade financeira, parcerias intersetoriais e qualidade dos serviços. Os dados foram organizados e interpretados à luz do referencial teórico, permitindo uma compreensão aprofundada do fenômeno estudado e das contribuições das parcerias para a atuação da instituição.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados obtidos por meio da entrevista semiestruturada realizada com o gerente administrativo da Casa dos Velhos Irmã Alice permitiu compreender, de forma aprofundada, como as relações entre poder público, setor privado e sociedade civil influenciam a sustentabilidade financeira e a qualidade dos serviços prestados pela instituição. A entrevista revelou aspectos administrativos, financeiros e operacionais que demonstram a complexidade da gestão de uma Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI), especialmente no contexto das organizações da sociedade civil. Os dados foram organizados em categorias temáticas definidas a partir dos objetivos da pesquisa, permitindo relacionar os resultados empíricos ao referencial teórico apresentado anteriormente.

4.1 - Estrutura das Fontes de Financiamento

A entrevista evidenciou que a sustentabilidade financeira da Casa dos Velhos Irmã Alice depende da diversificação de fontes de recursos. Segundo o gerente administrativo, os associados representam aproximadamente 37% da receita institucional, percentual semelhante ao proveniente dos convênios com a Prefeitura de Guarulhos e verbas estaduais vinculadas ao atendimento dos idosos conveniados. Além disso, a instituição mantém sua operação por meio de coparticipação dos idosos, eventos beneficentes, bazares, bingos e doações espontâneas da sociedade civil e de empresas parceiras. Conforme relatado pelo entrevistado, as doações correspondem não apenas a recursos financeiros, mas também a alimentos, produtos de higiene, serviços voluntários e apoio estrutural. Foi identificado que a instituição apresenta déficit financeiro recorrente. O custo médio mensal informado é de aproximadamente R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), enquanto a arrecadação média gira em torno de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Dessa forma, a diferença vem sendo suprida pelo fundo de reserva institucional, situação que, segundo o entrevistado, gera preocupação quanto à sustentabilidade futura da organização.

Os resultados corroboram as discussões de Nogueira (2023) acerca da necessidade de diversificação das fontes de financiamento para garantir maior estabilidade financeira às organizações da sociedade civil. Também se confirmam os apontamentos de Camarano e Barbosa (2016) sobre as dificuldades financeiras enfrentadas pelas ILPIs brasileiras, especialmente diante do aumento da demanda por serviços especializados. Outro aspecto relevante identificado refere-se à sazonalidade das doações. Conforme relatado, períodos de crise econômica, inflação, pandemia e até eventos nacionais, como Copa do Mundo e eleições, impactam diretamente o volume de arrecadações da instituição. Tal cenário demonstra a vulnerabilidade das OSCs frente às oscilações econômicas e sociais.

4.2 - Impactos da Parceria com o Poder Público

A parceria estabelecida com a Prefeitura de Guarulhos mostrou-se essencial para a manutenção das atividades da instituição. O convênio garante recursos financeiros vinculados ao número de idosos atendidos e ao grau de dependência de cada residente, classificados entre grau 1, grau 2 e grau 3. Entretanto, a pesquisa identificou que os valores repassados pelo poder público não cobrem integralmente os custos de atendimento. Segundo o entrevistado, o custo médio mensal por idoso gira em torno de R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), enquanto o maior valor per capita pago pelo município é de aproximadamente R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais). Além da limitação financeira, foram apontados impactos administrativos decorrentes da formalização do convênio. Entre eles, destaca-se a redução da autonomia institucional na gestão das vagas, uma vez que a triagem dos idosos conveniados passa a ser realizada pelos órgãos públicos responsáveis, como CRAS e CREAS.

O entrevistado também relatou dificuldades relacionadas à burocracia para acesso a recursos públicos e emendas parlamentares, especialmente na elaboração de projetos, prestação de contas e exigências técnicas para aprovação de obras e investimentos estruturais. Esses resultados dialogam diretamente com o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Brasil, 2014), que estabelece mecanismos de controle e transparência para as parcerias entre Estado e OSCs. Conforme discutido por Kissler e Heidemann (2006), a governança compartilhada exige articulação entre diferentes atores, porém também amplia os processos burocráticos e os mecanismos de fiscalização. Outro ponto identificado refere-se à ausência de integração entre as secretarias municipais de Assistência Social e Saúde. Segundo o entrevistado, embora a instituição execute atividades relacionadas à saúde dos idosos, ainda não existe possibilidade de convênio direto com a Secretaria Municipal da Saúde, o que limita o financiamento de determinados profissionais especializados.

4.3 - Papel da Sociedade Civil e do Setor Privado

A entrevista demonstrou que a participação da sociedade civil é considerada fundamental para a sobrevivência da instituição. O gerente administrativo destacou que a Casa dos Velhos Irmã Alice depende diretamente do engajamento comunitário, das campanhas de arrecadação, do trabalho voluntário e da atuação de parceiros privados. Entre as iniciativas relatadas estão campanhas realizadas em empresas, apoio de clubes de serviço, igrejas, escolas, universidades e motoclubes, além de ações de voluntariado corporativo. Também foram identificadas empresas parceiras responsáveis por doações recorrentes de alimentos e apoio estrutural.

A pesquisa revelou ainda que as parcerias privadas proporcionaram melhorias significativas na infraestrutura institucional. Entre elas destacam-se a instalação de placas fotovoltaicas, implantação de sistema de captação de água da chuva, substituição das caixas d'água, aquisição de equipamentos e modernização de espaços destinados às atividades dos idosos. Os resultados reforçam as discussões de Saez e Silva (2019) a respeito do papel do investimento social privado na sustentabilidade das organizações sociais. Também confirmam as reflexões de Falconer (1999) acerca da crescente profissionalização do terceiro setor e da importância da participação comunitária na promoção do bem-estar social. Outro aspecto relevante identificado foi a valorização do voluntariado. Segundo o entrevistado, os voluntários exercem papel essencial não apenas operacionalmente, mas também emocionalmente, proporcionando escuta, convivência social e fortalecimento dos vínculos afetivos dos idosos.

4.4 - Desafios Institucionais e Sustentabilidade

Os dados demonstraram que os principais desafios enfrentados pela instituição estão relacionados à captação de recursos, manutenção estrutural e necessidade de modernização da gestão. O entrevistado destacou que a instituição necessita ampliar o número de associados contribuintes e recompor o fundo de reserva financeiro utilizado nos últimos anos para suprir *déficits* operacionais. Também foram apontadas dificuldades para execução de obras de manutenção e expansão estrutural, especialmente devido aos altos custos de

projetos técnicos e à dificuldade de obtenção de apoio especializado voluntário. A instituição possui ainda o projeto de criação de um espaço para eventos corporativos e sociais, com objetivo de gerar receita própria e reduzir a dependência de doações. Contudo, segundo o entrevistado, a ausência de recursos para elaboração inicial do projeto inviabiliza sua execução no momento. Os resultados demonstram que a sustentabilidade institucional depende não apenas da disponibilidade de recursos financeiros, mas também da capacidade de articulação estratégica da gestão, da construção de redes colaborativas e da adoção de práticas inovadoras. Além disso, a pesquisa evidenciou que as redes sociais e a comunicação digital são percebidas como ferramentas importantes para ampliar a visibilidade institucional e fortalecer a captação de recursos. Entretanto, o entrevistado destacou limitações técnicas e financeiras para profissionalização dessa área.

4.5 - Qualidade dos Serviços e Envelhecimento Ativo

A entrevista revelou que a instituição adota uma filosofia de atendimento voltada ao envelhecimento ativo e à valorização da dignidade humana. O entrevistado destacou que o objetivo da Casa dos Velhos Irmã Alice não é apenas oferecer abrigo, mas proporcionar qualidade de vida, interação social e participação comunitária aos idosos. Entre as atividades desenvolvidas estão passeios culturais, atividades recreativas, apresentações musicais, oficinas, jogos, visitas escolares e ações intergeracionais. Segundo o entrevistado, essas práticas fortalecem a autoestima dos idosos e promovem integração social. Também foi identificado que a instituição busca preservar a individualidade e a espiritualidade dos residentes, respeitando diferentes crenças religiosas e estimulando a manutenção dos vínculos sociais e afetivos. Os resultados reforçam as reflexões de Belasco e Okuno (2019) a respeito da necessidade de compreender o envelhecimento para além da dimensão biológica, considerando também aspectos sociais, emocionais e culturais. Além disso, os dados demonstram que a atuação da instituição está alinhada às discussões

contemporâneas no que se refere ao envelhecimento digno, inclusão social e promoção da cidadania da população idosa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar de que maneira a colaboração entre o poder público, o setor privado e a sociedade civil contribuem para a sustentabilidade financeira e para a qualidade dos serviços prestados pela Casa dos Velhos Irmã Alice, localizada no município de Guarulhos. A partir da revisão bibliográfica, da análise documental e principalmente da entrevista realizada com o gerente administrativo da instituição, foi possível compreender que a sustentabilidade das Instituições de Longa Permanência para Idosos depende diretamente da articulação entre diferentes setores da sociedade. Os resultados demonstraram que o convênio firmado com o poder público exerce papel fundamental para a manutenção das atividades da instituição, porém não é suficiente para suprir integralmente os custos operacionais e assistenciais. Dessa forma, a participação da sociedade civil, dos associados, das empresas parceiras e do trabalho voluntário torna-se indispensável para garantir a continuidade dos serviços prestados. Também foi possível identificar que as parcerias privadas proporcionam benefícios relevantes, como melhorias estruturais, modernização de equipamentos, redução de custos operacionais e fortalecimento das atividades voltadas ao bem-estar dos idosos. Além disso, o voluntariado mostrou-se essencial para ampliar o convívio social, a escuta emocional e a promoção do envelhecimento ativo.

A pesquisa evidenciou ainda que a instituição enfrenta desafios significativos relacionados à captação de recursos, à burocracia existente nos convênios públicos, à necessidade de manutenção estrutural e à limitação de recursos humanos e financeiros. Nesse contexto, observou-se que a sustentabilidade institucional depende não apenas do volume de recursos disponíveis, mas da capacidade de gestão estratégica, da construção de redes colaborativas e da diversificação das fontes de financiamento. Outro aspecto relevante identificado foi a preocupação da instituição em oferecer não apenas

acolhimento básico, mas qualidade de vida, inclusão social e dignidade aos idosos atendidos. As atividades culturais, recreativas e intergeracionais desenvolvidas demonstram uma visão humanizada do cuidado, alinhada às discussões contemporâneas a respeito do envelhecimento ativo. Conclui-se, portanto, que as parcerias intersetoriais representam elemento fundamental para a continuidade das atividades da Casa dos Velhos Irmã Alice, permitindo ampliar a capacidade de atendimento, melhorar a estrutura institucional e fortalecer os vínculos entre a organização e a comunidade. Como limitação da pesquisa, destaca-se a realização de um estudo de caso único, o que restringe a generalização dos resultados. Além disso, os dados qualitativos refletem percepções específicas dos participantes entrevistados. Por fim, recomenda-se que futuras pesquisas ampliem a análise para outras Instituições de Longa Permanência para Idosos, incorporando também abordagens quantitativas que permitam mensurar com maior precisão os impactos financeiros, administrativos e sociais das parcerias intersetoriais na sustentabilidade das organizações da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

BELASCO, A. G. S.; OKUNO, M. F. P. **Realidade e desafios para o envelhecimento**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 72, n. 2, p. 1-2, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/YyPr9QcL5bn3p6TGVGCBzvM/?lang=en>. Acesso em: 14 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 2004.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm Acesso em: 5 nov. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1 ago. 2014. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13019-31-julho-2014-779123-publicacaooriginal-144670-pl.html>. Acesso em: 11 set. 2025.

BRASIL. **Manual MROSC: do planejamento à prestação de contas.** Governo Federal, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/transferegov/pt-br/legislacao/portarias/MANUALMROSCDoPlanejamentoPrestaodeContasreduzido13082025.pdf> Acesso em: 2 nov. 2025.

BURMANN, Larissa Lauda; CUSTÓDIO, André Viana. **Solidariedade e cuidado: desafios das políticas públicas para pessoas idosas no contexto.** Revista Estudos Institucionais, v. 11, n. 1, p. 217-238, jan./abr. 2025. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/862/1021> Acesso em: 15 nov. 2025.

CAMARANO, Ana Amélia; BARBOSA, Pamela. **Instituições de longa permanência para idosos no Brasil: do que se está falando?** Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/77480e14-3740-45b9-a395-f0d5195486be/content>. Acesso em: 14 set. 2025.

CAMARANO, Ana Amélia; KANSO, Solange. **As instituições de longa permanência para idosos no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos de População, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 233-235, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/s4xr7b6wkTfqv74mZ9X37Tz/?format=html&lang=pt> Acesso em: 6 nov. 2025.

CHAGAS, Elisa; SASSE, Cíntia (produção / edição). **Envelhecimento da população impulsiona novas ações em defesa dos idosos.** Agência Senado,

18 jun. 2025. Disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2025/06/envelhecimento-da-populacao-impulsiona-novas-acoes-em-defesa-dos-idosos> Acesso em: 6 nov. 2025.

FALCONER, Andrés Pablo. **A promessa do terceiro setor: um estudo sobre a construção do papel das organizações sem fins lucrativos e do seu campo de gestão.** São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12132/tde-01072021-161110/pt-br.php>. Acesso em: 11 set. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2025.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. **Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade?** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, p. 549-566, jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/rwrQDBzcvb7qVLGgdBvdWDH/>. Acesso em: 9 nov. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/dTwRtzbk45bmdyQZzYqGRtr/?lang=pt>. Acesso em: 19 de set. 2025.

NOGUEIRA, Fernando. **Os Diferentes Caminhos para a Sustentabilidade das OSCs.** Disponível em: <https://www.filantropia.org/informacao/os-diferentes-caminhos-para-a-sustentabilidade-das-oscs>. Acesso em: 6 nov. 2025.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. E-book. ISBN 978-85-7717-158-3. Disponível em:

<https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>.

Acesso em: 20 de set. 2025.

SAEZ, Erika Sanchez; SILVA, Graziela Santiago Belo da. **Investimento Social Privado: um campo cada vez mais diverso**. Brasília: Ipea, 2019. (Boletim de Análise Político-Institucional, n. 20). Disponível em: . Acesso em: 9 nov. 2025.

SEBRAE - **Tudo sobre Organizações da Sociedade Civil – OSC**. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-organizacao-nao-governamental-ong.ba5f4e64c093d510VgnVCM1000004c00210aRCRD#:~:text=O%20que%20s%C3%A3o%20OSC?,nos%20princ%C3%ADpios%20pactuados%20por%20associados>. Acesso em: 14 set. 2025.

SEMIL – Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo. **Organização não Governamental (ONG)**. Portal de Educação Ambiental, 25 mar. 2025. Disponível em: <https://semil.sp.gov.br/educacaoambiental/prateleira-ambiental/organizacao-nao-governamental-ong/>. Acesso em: 11 set. 2025.

SILVA, Micheli Vizontin. **Parceria Público-Privada e sua relevância para a Administração Pública**. 2015. 60 f. Monografia. Faculdade de Sinop, Sinop, 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/parceria-publico-privada-e-sua-relevancia-para-a-administracao-publica/556027443>. Acesso em: 9 nov. 2025.